

## **FINO TOQUE TÊXTIL COOPERATIVA: UM EXEMPLO DA MATERIALIDADE DA CRISE DO CAPITAL?**

Claudia Sombrio Fronza

Doutorando do curso de Pós-Graduação em Serviço Social  
Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis - Santa Catarina – Brasil  
email: csfronza@hotmail.com

### **RESUMO**

Este artigo analisa as mudanças na relação capital trabalho no setor têxtil e vestuário Blumenauense, detalhando especificamente a constituição da Fino Toque Têxtil Cooperativa. Desde 1990, os reflexos da crise do capital ampliam o desemprego e favorecem o desmonte do trabalho coletivo, a intensificação da jornada de trabalho e o processo de informalização do trabalho. A Fino Toque é fundada nesta perspectiva e num momento de expressivo aumento das experiências autogestionárias. Para compreendê-la analisou-se a expansão da industrialização no setor têxtil e vestuário em Blumenau e as estratégias de acumulação de capital, assim como, o seu contrário, os conflitos de classe e a constituição das forças do trabalho. Na viabilização deste estudo utilizou-se o método qualitativo associado às técnicas de estudo de caso e análise de trajetórias ocupacionais. A pesquisa viabilizou-se por meio das contribuições dos cooperados e ex-cooperados da Fino. Os resultados apontaram que o processo de expansão industrial nestes setores foi acompanhado pelos conflitos de classe. Entretanto, a Cooperativa encontra inúmeras dificuldades estruturais e históricas para viabilização econômica e fortalecimento dos valores autogestionários.

Palavras chaves: Fino Toque Têxtil Cooperativa, processo de informalização do trabalho e não assalariamento.

## **INTRODUÇÃO**

O município de Blumenau, até a década de 1990, é conhecido como um dos principais polos fabris brasileiros, por concentrar as maiores indústrias têxteis e vestuaristas, como por exemplo: Hering, Artex, Sul Fabril, Cremer, Teka, Altenburg, Maju, entre outras, geradoras de mais 50% do total de empregos microrregionais. Entretanto, após esse período, vários estudos (SIMÃO 2000; RAUD 2000; THEISS e ZENI 2000) apontam evidências de crises de desenvolvimento ocasionadas pela concentração monoindustrial, pouca diversificação de atividades produtivas, abertura do mercado mundial, aumento da competitividade e introdução de novas tecnologias.

No setor têxtil e vestuário essas crises concentram-se, especialmente, entre 1995 e 2002. Desde então, os trabalhadores blumenauenses vivenciam inúmeras transformações na relação capital-trabalho. Entre essas mudanças percebe-se a redução dos grandes parques produtivos, uma forte tendência à informalização do processo de trabalho, a emergência de inúmeras empresas prestadoras de serviço de médio e pequeno porte, bem como a constante substituição do emprego pela ocupação em tempo parcial ou sem jornada de trabalho definida.

Essas mudanças foram sentidas pela classe trabalhadora, por meio da redução no número de trabalhadores nas indústrias, o crescente desemprego e a redução salarial. No setor têxtil entre 1995-2001 a evolução de empregos não ultrapassou 0,8% com perdas salariais de até 24,8%. No setor do vestuário esta evolução foi negativa (-30,05%) e o achatamento salarial atingiu (-42,4%).

A desconstrução salarial e empobrecimento da classe trabalhadora tornam-se problemas sociais. A relação capital-trabalho aparece metamorfoseada em “novas” formas de trabalho. Estas aparentemente representam para os trabalhadores a reconquista da liberdade e da autonomia no processo de trabalho e de produção. Porém, muitas vezes precarizam, ainda mais a condição de trabalho e de vida e viver.

Em Blumenau essas “novas” formas de trabalho, especialmente no setor têxtil e vestuário, evidenciam-se no “processo de informalização do trabalho” (Oliveira, 2003), na constituição de facções domiciliares, na prestação de trabalho individual a/em domicílio, na emergência de cooperativas induzidas de costureiras, entre outros. No município, desde a

década de 1990, verifica-se o aumento expressivo na constituição de cooperativa, associações e empresas autogestionárias. O trabalho apresenta novo significado e formas de realizá-los. Atividades tidas como ultrapassadas, agora são reinventadas como relações modernas e necessárias ao desenvolvimento e manutenção da sociedade capitalista.

## **1.0 O TRABALHADOR E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO**

A partir de 1990, diante da crise de desenvolvimento produtivo blumenauense e o desemprego, o trabalho se tornou um tema relevante de estudo na sociedade moderna e ao mesmo tempo polêmico, diante das complexas relações sociais que se estabelece por meio do mundo de trabalho e de sua importância na produção e reprodução do capital.

O trabalho é simultaneamente uma categoria abstrata e concreta. A abstração advém da produção de valores e o concreto do esforço físico ou mecânico realizado por seres humanos, animais e máquinas. Sua valorização corresponde à utilidade da ação realizada. O trabalho humano, segundo o autor (1985, p. 148), “[...] é a atividade resultante do dispêndio de energia física e mental, direta ou indiretamente voltada à produção de bens e serviços, contribuindo, assim, para a reprodução da vida humana, individual e social”. Este também afirma que “[...] o trabalho revela o modo como o homem lida com a natureza, o processo de produção pelo qual ele sustenta a sua vida e, assim, põe a nu o modo de formação de suas relações sociais e das idéias que fluem destas” (MARX, 1983, p.149).

Para o autor, o trabalho é o centro das atividades especificamente humanas. Foi sob essa ótica que os homens relacionaram-se com a natureza por intermédio do trabalho. Considera-se, ainda, que, “[...] ao submetê-la aos seus próprios fins, o homem realiza, neste sentido, uma humanização da natureza” (MARX, 1983, p.150).

Sob a relação capitalista, a força de trabalho não é mais utilizada para satisfazer as necessidades individuais, mas as necessidades dos outros. Pode-se dizer que o trabalho é a categoria que fundamenta o desenvolvimento das pessoas, como uma esfera distinta da natureza, e não é apenas a relação das pessoas entre si no contexto da reprodução social, o seu desenvolvimento exige o desenvolvimento concomitante das relações sociais. Assim, o

trabalho constitui a mediação objetiva dos homens e das mulheres, ou seja, uma forma de sociabilidade humana na sociedade capitalista.

Outros estudiosos argumentam que o trabalho, como ato concreto, individual ou coletivo é uma experiência social por definição e que constitui e explica grande parte da sociedade capitalista. Considera-se que “[...] as facetas essenciais do processo de socialização da construção identitária, das formas de dominação e de resistência, enfim a dinâmica contraditória da economia de mercado tem sua origem nas situações laborais e nas relações sociais estruturadas na atividade produtiva” (CATTANI, 1996, p. 39).

Neste caso, conforme reflexão lukacsiana (1978), o trabalho vinculado imediatamente ao trabalhador, à sua força de trabalho, à matéria prima e aos meios de produção são elementos constitutivos do processo de trabalho capitalista, sendo esse conjunto de habilidades e de produtos os elementos oferecidos e vendidos ao mercado. Entretanto, quando acabam por concentrar-se na mão de uma minoria, tornam-se capital apropriado e os trabalhadores perdem o controle sobre os meios de produção, restando somente a sua própria mercadoria: a força de trabalho. Marx, em o “Manifesto Comunista”, sinalizava à humanidade que o capital, ao se impor como relação social, precisa incessantemente revolucionar seu modo de produção para sua manutenção e reprodução. Ao longo da história, os capitalistas introduziram vários processos de produção, entre eles: o fordismo, o toyotismo, a reestruturação produtiva, bem como várias técnicas de planejamento e gestão a fim de organizar o processo de apropriação de riqueza.

Nos anos 1913 e 1914, uma das primeiras tecnologias adotadas para favorecer a acumulação de capital foi o processo de produção fordista/taylorista, possuindo fundamentalmente as seguintes características: produção em massa, linhas de montagem e de produtos mais homogêneos, controle de tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução do processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário/massa, trabalho coletivo fabril, entre outras dimensões (ANTUNES, 1999, p.17).

Na viabilização deste modelo de produção faz-se necessário além de organizar a atividade produtiva, criar uma determinada estrutura social e um determinado Estado. Neste sentido, criava-se a estrutura para o desenvolvimento do modo de produção fordista, o qual viveu seu apogeu na denominada “era ouro”, entre 1945 a 1973, “[...] tendo como base um

conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de “fordista-keynesiano” (HARVEY, 1992, p.179)”.

O processo de produção fordista esteve apoiado no ideário de intervenção estatal do keynesianismo, configurado no chamado Welfare State, pelo qual se criou um padrão de regulação social da economia e das relações sociais consubstanciados a um sistema de proteção social por parte do Estado. Outra estratégia adotada culturalmente foi a disciplinarização e a rotinização da vida (SENNET, 2001) em favor da produção.

No final dos anos 1960 e início de 1970, principiou a crise do fordismo e o fim do padrão monetário internacional definido por meio do acordo de Bretton Woods. Segundo Harvey (1992), algumas razões do esfacelamento desse padrão produtivo foram: a crise norte americana, a ampliação da concorrência internacional, o fortalecimento econômico da Europa, a “rigidez” deste modelo, a ampliação da pobreza e do desemprego, a resistência operária e os movimentos de contestação. Para superar essa crise entre 1970 e 1980, iniciou-se a substituição processual do fordismo pelo toyotismo, que representou uma alternativa à sua rigidez; fragmentado em todos os seus limites e criador de uma “[...] elite de trabalhadores destinada a dominarem toda a produção, a qual se fragmenta em uma série encargos temporalizados e repetitivos, que o operário deve desenvolver com eficiência e precisão” (SIMIONATO, 1995, p. 84).

O toyotismo apresentou possibilidades de diminuir o gasto de energias desnecessárias no ato produtivo, potencializando todas as energias produtivas no processo de produção, o qual foi controlado e visto como responsabilidade do próprio trabalhador. No toyotismo o trabalhador pouco qualificado foi substituído pelo trabalhador polivalente. A linha de produção individualizada deu espaço à composição em células. Organizaram-se equipes de trabalho e passou-se a produzir conforme a necessidade, por encomenda. Ocorreu então, a reestruturação produtiva que se processa compatibilizando mudanças organizacionais e institucionais nas relações de produção e trabalho, redefinindo as funções dos estados-nacionais e do mercado financeiro. Muitas dessas mudanças foram provenientes da adoção de novas tecnologias, como: automação, inovações tecnológicas, políticas de gestão pessoal, entre outras. Alguns programas de inovações na gestão do trabalho e da produção, utilizados foram: Círculos de Controle da Qualidade (CCQs), Controle de Qualidade Total (CQT), Gestão Participativa, Just in time, Kanban, entre outros.

Para viabilizar a reestruturação produtiva introduziram-se novas formas de organização do processo produtivo que incorporaram a adoção de inovações tecnológicas, flexibilização e a globalização da economia. Estes processos foram alterados a fim de atender a finalidade da acumulação flexível na sociedade global. A acumulação flexível, segundo Harvey (1989, p. 140), se apóia na flexibilidade dos processos e do mercado de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças desiguais dos padrões de desenvolvimento, tanto entre os setores como entre as regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento de emprego no chamado “setor de serviços”, bem como, conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. “[...] Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compreensão do espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais tomados de decisões privadas e públicas se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda do custo de transporte possibilita cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. Segundo Ianni (1996, p. 17):

“a realidade é que no fim do século XX, quando já se anuncia o século XXI, a globalização do capitalismo carrega consigo a globalização do mundo do trabalho, compreendendo a questão social e o movimento operário”. Essa realidade projetou-se devido à conjuntura estar em processo de mudança e o trabalho apresenta novos significados e novas formas de realizá-lo. Essas alterações foram decorrentes da extinção dos postos de trabalho que eram ocupados pelos trabalhadores na operação das máquinas, as quais não existem mais com a automatização do processo, pois agora, as máquinas controlam-se e se auto-regulam, exercendo a função prática daqueles trabalhadores”.

A reestruturação produtiva, sustentada por novas formas de gestão, passou a fazer parte do cotidiano fabril desde 1980, projetando-se no Japão e reafirmando-se na década seguinte, pulverizando-se por outros países e regiões, impondo novo ritmo de trabalho, produtividade, qualificação do produto, aumentando a tensão laboral, gerando incertezas e promovendo o aparecimento de ‘novas doenças’, principalmente na esfera mental, que coexistem com as ‘velhas doenças’, como, por exemplo, lesões por esforços repetitivos, estresse e depressão.

Essas doenças psicossociais foram desencadeadas e acentuadas na dialética da produção pela intensificação na utilização da força produtiva, o aumento da responsabilidade com o processo de trabalho, assim como a exigência cognitiva e mental exercida e mantida na relação com os trabalhadores. Além da precarização das condições de trabalho, percebeu-se que a globalização e a reestruturação produtiva não são difundidas de forma homogênea e estão permeadas por tensões. Segundo Antunes (1995, p. 44):

o mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era Moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.

Na realidade atual, a venda da força de trabalho de forma salarial, pressuposto da acumulação capitalista, está sendo substituída pela ocupação em tempo parcial ou sem jornada de trabalho definida e a desconstrução da relação salarial. Em contrapartida, as pessoas precisam continuar vivendo. Os homens e mulheres, quando dependem da venda da força de trabalho para o capital e necessitam negociá-la para garantir a sobrevivência, muitas vezes não têm escolha, mesmos que em desacordo com as proposições de trabalho ofertadas e com as mediações estabelecidas. Vêm-se obrigados a aceitar a proposta de trabalho, pois a necessidade imediata de sobrevivência não lhe oportuniza deliberar. Para sobreviverem, submetem-se a realizar atividades clandestinas em seus domicílios localizados nas periferias dos bairros, envolvendo toda a família e até mesmo a vizinhança. Os trabalhos são realizados em condições precárias, sem qualquer direito ou garantia legal. Os pagamentos são definidos pelas grandes empresas e intrinsecamente relacionados com uma meta pré-estabelecida. O preço da peça varia de acordo com a complexidade do trabalho a ser realizado (tempo gasto para confecção e métodos).

Neste cenário, concordamos com Francisco de Oliveira, a “informalização do trabalho” não é uma situação passageira e transitória, pois a “informalidade” constitui-se como a forma mais avançada de acumulação capitalista e dá o tom de modernidade (2003).

Isso porque, conforme Oliveira (2003, p.135-138):

avassalada pela Terceira Revolução Industrial, ou molecular-digital, em combinação com o movimento de mundialização do capital, a produtividade do trabalho dá um salto mortal em direção à plenitude do trabalho abstrato. Em dupla constituição, as formas concretas e a ‘essência’ abstrata, o consumo das forças de trabalho vivas encontrava obstáculos, a porosidade

entre o tempo do trabalho total e o tempo de trabalho de produção. Todo o crescimento da produtividade do trabalho é a luta do capital para encurtar a distância entre essas duas grandezas. Teoricamente, trata-se de transformar todo o tempo de trabalho em trabalho não pago; parece coisa de feitiçaria, e é o fetiche em sua máxima expressão. Aqui, fundem-se mais-valia absoluta e relativa: na forma absoluta, o trabalho informal não produz mais do que uma reposição constante, por produto, do que seria salário; e o capital usa o trabalhador somente quando necessita dele; na forma relativa, é o avanço da produtividade do trabalho nos setores hard da acumulação molecular digital que permite a utilização do trabalho informal. A contradição: a jornada da mais-valia relativa deveria ser de diminuição do trabalho não-pago, mas é o seu contrário, pela combinação das duas formas. Então, graças à produtividade do trabalho, desaparecem os tempos de não-trabalho: todo o tempo de trabalho e tempo de produção.

Nesta realidade a:

(...) sua forma (trabalho abstrato virtual), uma fantasmagoria, um não-lugar, um não tempo, é igual a tempo total. Outra importante contribuição do autor consiste em perceber que o fenômeno de expansão da “informalidade” não é retrógrado, mas sim um processo moderno de acumulação capitalista a tendência à formalização das relações salariais estancou nos anos 1980, e expandiu-se o que ainda é impropriamente chamado de trabalho informal. Entroncando com a chamada reestruturação produtiva assiste-se ao que Castel chama a “desfiliação”, isto é, a desconstrução da relação salarial, que se dá em todos os níveis e setores. (OLIVEIRA, 2003, p.142).

Cabe ressaltar que a adoção de processos de produção não foi algo homogêneo, no qual os “novos” processos de produção superaram os “velhos”. Estes processos, mesmo os que receberam a tônica de ultrapassados e/ou foram tidos como “superados”, mesclaram-se com os novos processos de produção e gestão, ou ainda, foram aperfeiçoados. As indústrias têxteis e vestuaristas utilizam-se de uma variedade de processos de produção em condições diferenciadas, na qual existiram empresas modernas que incorporaram altas tecnologias e outras que utilizaram tecnologias ultrapassadas e maquinários obsoletos. A introdução destas tecnologias não ocorreu de maneira pura, mas “híbrida” e esses processos complementaram-se com vista à garantia da lucratividade.

## **2.0 TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA SOB O CAPITAL: OCOOPERATIVISMO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UMA FORMA DE PROVERA SOBREVIVÊNCIA**



As crises do capital, a instabilidade econômica brasileira e as transformações em curso no mundo do trabalho, difundidas especialmente nas décadas 1980 e 1990 direcionaram os trabalhadores para apropriação do trabalho individual, geração de formas de ocupação não assalariadas e o resgate de possibilidades de trabalho por conta própria. Neste contexto, ressurgiram as organizações coletivas e difundiu-se a economia solidária, ou seja, as experiências pautadas na autogestão.

Por economia solidária, Singer (1999, p. 51) entende:

*O conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito organizados por princípios solidários, espalhados por diversas regiões do país e que aparecem sob diversas formas: cooperativas; associações de produtores; empresas autogestionárias; bancos comunitários; clubes de troca; banco do povo e diversas organizações populares urbanas e rurais.*

Essas experiências buscaram a construção de novas relações sociais principiadas por valores autogestionários, prevendo a organização coletiva dos trabalhadores com autogoverno, exercício democrático de poderes, condições de autonomia e independência, possuindo o controle dos meios de produção e dos processos econômico, técnico, político e social.

Na prática das experiências associativas se espera ver internalizados os princípios da autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social (GAIGER, 2004, p.11).

Contudo, as experiências coletivas e a economia solidária expandiram-se permeadas de contradições reflexivas e práticas, na qual existiam muitos cientistas sociais a vislumbraram como um novo projeto societário, que possibilitaria a transição da sociedade capitalista para uma sociedade socialista (SINGER, 2000) e outros, apenas como alternativas de geração de trabalho e renda (GAIGER; 2002; VAINER; 2000).

Vainer problematiza a atual conotação dada à utilização da categoria economia solidária, identificando-a como uma expressão estritamente ideológica:

que difunde a crença na possibilidade da solidariedade se desenvolver de forma ampla sob a égide do capital; já os termos cooperativa e cooperativismo, [...] evocam uma forma específica de organização da produção e/ou da propriedade que, em algumas circunstâncias e por períodos determinados, pode ser e ter sido, experimentado com ganhos materiais e simbólicos, por grupos de produtores diretos mesmo sob o capitalismo. Uma coisa é uma organização cooperativa, outra coisa é um projeto ideológico que promete instalar um território liberado do capital dentro do capitalismo. Ou, o que é cada vez mais comum entre nós, acenar para os trabalhadores com a

possibilidade de se tornarem todos, sem exceção, capitalistas e empresários (2000 p.10).

A economia solidária foi um projeto social que busca dar resposta à eminência de interesses conflituosos na sociedade capitalista e procurou garantir a sobrevivência de trabalhadores autônomos, desempregados e subcontratados. No entanto, apesar da economia solidária aparecer como uma alternativa de enfrentamento às desigualdades sociais, muitas vezes, os trabalhadores não faziam a escolha de inserir-se nestas experiências por adesão aos valores autogestionários, mas por configurar-se como a única oportunidade de prover sua subsistência. A economia solidária despontou como uma opção aos trabalhadores e em algumas circunstâncias, como uma possibilidade do capital postergar os resultados de suas crises.

Em relação às dificuldades práticas a forma cooperativista foi utilizada como mais uma estratégia de fuga aos compromissos trabalhistas, caracterizada pela inexistência de qualquer vínculo legal entre as empresas e empregadores, entre cooperativas e seus cooperados. A empresa contratante se exime de qualquer obrigação com a força de trabalho, realizando apenas o pagamento da produção contratada. A cooperativa, por sua vez, assume integralmente a responsabilidade pelo processo de produção e os custos com a força de trabalho.

Nesta relação, existe a desconstrução salarial. O trabalho corresponde à produção ou à prestação de serviços por um coletivo de trabalhadores que, em vez de empregados, são associados, em empreendimentos criados por iniciativas deles próprios e dos quais são proprietários, ou seja, num processo de auto-patronização.

O trabalhador aparece nessa versão como o arquétipo do “trabalhador por conta própria” ou “autônomo”, definido de uma forma generalizada, “como uma situação em que o trabalhador exerce a ocupação de modo independente, controla seu processo de produção, é proprietário do capital empregado na produção e recebe uma renda (e não salário)”. Essa renda é resultante “da diferença entre gastos (com a produção e com o consumo próprio) e receitas e, que não é determinada anteriormente, pois depende da qualidade e da quantidade do trabalho oferecido e, também, da demanda direta do mercado no período” (KON, 2003, p. 49).

Na esfera do trabalho por conta própria, ganha o trabalhador quando tem encomenda de trabalho, sem nenhuma proteção da legislação trabalhista, fora, portanto, do alcance da CLT. Essa situação, vivenciada em algumas circunstâncias, também pelos trabalhadores

vinculados as experiências coletivas, limitando inclusive as vivências autogestionárias. Pode-se problematizar, que por vezes:

as cooperativas despontariam muito mais como opções para as empresas, tendo em vista que facilitam a redução nos custos e o aumento da flexibilidade, e não como alternativas para operários confrontados com as adversidades do momento atual.

Não é ocioso assinalar que a multiplicação dessas experiências coincidiu, de alguma forma, com a entrada em vigor de uma determinação legal que considera não existirem vínculos de emprego entre as cooperativas e seus integrantes e entre estes e as empresas que recorrem a essa fonte de trabalho (LINS, 2001, p. 52)

De acordo com Singer, a economia solidária foi uma alternativa no combate a precarização das condições de trabalho. A resposta mais frequentes à crise do trabalho, por parte das pessoas atingidas, tem sido a formação de cooperativas de trabalho, para, mediante ajuda mútua, gerar trabalho e para cada membro. Ao mesmo tempo, empregadores pouco escrupulosos, utilizam falsas cooperativas de trabalho para deixar de pagar encargos trabalhistas, aproveitando-se do fato de que esses encargos não são cobrados de quem contrata trabalho autonomia. Além disso, cooperativas autênticas, na ânsia de conseguir contratos, rebaixam seus preços, a ponto de abrir mão de muitos direitos sociais de seus associados.

Em Blumenau, desde a década de 1990, verifica-se o aumento expressivo na constituição de cooperativa, associações e empresas autogestionárias. Entre os empreendimentos mapeados, 09 cooperativas foram registradas até 1990 e, posteriormente foram constituídas 39 cooperativas e associações.

Entre as cooperativas e associações registradas até 1990, tem-se no segmento de: três de consumo (Cooperhering, Cooperteka, Coopebb); uma de crédito (Credihering); uma educacional (Cooperhermann); uma Produção (Abart); duas de saúde (Uniodonto de SC, Unimed Blumenau); uma de trabalho (Coopertaxi).

Posterior a 1990, as cooperativas e associações registradas são: quatro agrícolas (Blumen-Apis, Cooperprove, Vale Germânia, Eco Blu); quatro de crédito (Blusol, Credicor, Unisc, Unicred); três de consumo (Blu Feira, Sábado Feira, Usimed); duas educacionais (Coopeval, Coopermusic); duas habitacionais (Cohavale, Cooheps); cinco de produção (Coopercristal, Estrela Azul, Nutricoper, Cooperativa de Artefatos Têxteis, Fino Toque Têxtil Cooperativa); sete de saúde (Intermed, Coopernutri, Uniodonto-Adm, Unienf, Uniworks, Unisesmet, Fecodonto); doze de trabalho (Cooperblu, Copseg, Coopermec,

Reticooper, Cooperviagem, Coopersita, Cootram, A Seletiva, Coopertur, Cooperttran, Coopervillas, Unifrete).

Destas cooperativas, algumas podiam ser consideradas como “o braço estendido do capitalismo” que se configurou na forma hierarquizada de gestão, reproduzindo ações do modo de produção capitalista, como por exemplo, Cooperhering, Cooperteka, Coopebb, Credihering, Uniodonto e Uniworks. Em outros casos, os empreendimentos nasceram como solidários e acabaram por adaptar-se ao capitalismo, optando por assalariar seus cooperados e administradores, como a Cooperblu e a Fino Toque.

Os motivos da proliferação de cooperativas e associações em nível local não eram diferentes daqueles enfrentados em escala nacional e mundial que tinham como principal vetor às transformações da economia mundial. Ela trouxe consigo um pesado ônus social com o agravamento do desemprego e à exacerbação do caráter precário das relações de trabalho, tendências marcantes nas últimas décadas.

Pode-se supor que tais motivos não diferiram muito em sua essência, das razões que impulsionaram a organização das cooperativas precursoras no século XIX, entre as quais a mais conhecida, Rochdale, na Inglaterra, foi criada em 1844 como estratégias de enfrentamento das difíceis condições de trabalho e vida dos operários da indústria têxtil britânica afetado pela Revolução Industrial.

### **3. A CONSTITUIÇÃO DA FINO TOQUE: LIMITES E POSSIBILIDADES DE VIVÊNCIA DA AUTOGESTÃO**

Nesta perspectiva, no município de Blumenau, após 1990, verificou-se que ampliou 85% o número de cooperativas. Entre os empreendimentos constituídos, surgiu a Fino Toque Têxtil Cooperativa, como a primeira cooperativa têxtil da cidade.

No ano de 2002, após o fechamento da unidade de produção da Fábrica Maju, integrante do Grupo Marisol e com a demissão de 390 trabalhadores foi criada a Fino Toque. A Maju (re) territorializou a produção e seus investimentos para outras cinco unidades catarinenses e uma unidade no Nordeste do país. A decisão pelo fechamento da fábrica foi justificada pelo empresariado local pela necessidade de reestruturação interna a fim de “adequação a demanda de mercado e preservação de sua capacidade competitiva” (JSC, 26 de outubro de 2002).

Diante do número expressivo de pessoas desempregadas no setor, o Sindicato da categoria negociou juntamente com o processo de rescisão contratual, a doação de máquinas de costura, uma marca secundária da empresa e sua respectiva lista de clientes, para a organização de uma cooperativa.

A Cooperativa, fundada por 26 destes trabalhadores e, segundo estatuto social, tendo como objetivo principal “promover a autogestão e a cooperação entre os trabalhadores do setor têxtil que foram excluídos do mundo do trabalho em Blumenau e região, garantindo a geração de trabalho e renda”. Essa experiência apoiada e incentivada por várias organizações públicas e privadas, entre elas: a ITCP/FURB, o Sindicato Têxtil, ANTEAG, SEBRAE e poder público.

De imediato, a Cooperativa começou suas atividades de produção e confecção terceirizando seus serviços para outras empresas, por não possuir condições econômicas para compra de matéria-prima e para o desenvolvimento de uma linha própria de produtos. Sob essas condições o trabalho produtivo no vestuário apresentou-se complexo e exigiu dos cooperados altos investimentos para aquisição de insumos, matéria-prima e tecnologias, que viabilizem possibilidades de acesso e competitividade no mercado capitalista. Porém, a Fino Toque, não possuía recursos financeiros, assim como, nem todos os cooperados dominavam o processo produtivo, alguns realizavam apenas algumas funções operativas.

No trabalho cooperado os associados são solicitados a desempenharem tarefas variadas. Todavia, enquanto a polivalência assume uma característica importante nos estudos atuais acerca do trabalho, ela se torna “desqualificante” pela intensificação do trabalho por meio do acúmulo de várias tarefas. O padrão flexível de organização do trabalho resulta em trabalho polivalente para um reduzido número de trabalhadores que constitui a ponta final da cadeia produtiva, sobretudo dos setores mais atrasados, como ocorre na Fino Toque: o trabalho flexível converte-se em trabalho marcado pela insegurança.

A instabilidade é outra marca desta forma de organização, pois a manutenção depende tão somente da intensidade da produção e do trabalho empreendido pelos cooperados. Um fator preponderante para o desencanto dos mesmos é a baixa remuneração, com recebimento de pagamentos inferiores ao salário mínimo estabelecido nacionalmente, desprovido de qualquer benefício e com ampliação da exploração do trabalho.

#### **4. AS DIFICULDADES DE VIABILIZAÇÃO DA FINO TOQUE (O “VELHO DENTRO DO NOVO”)**

Desde o início, as tomadas de decisão coletiva, estiveram permeadas por conflitos, divergências de opinião e diferenciações no exercício de poder. Segundo os entrevistados as decisões eram frutos de deliberações coletivas. No entanto, as pessoas possuíam dificuldades de posicionamento, tinham pouco conhecimento sobre os princípios e os valores que regem a

As deliberações coletivas refletiam patamares desiguais de conhecimento e de poder. De acordo com Castoriadis (1983, p. 214), “o decidir é decidir com conhecimento de causa”.

Não será mais a coletividade quem decidirá, mesmo se votar formalmente, se alguém ou alguns dispuserem sozinhos das informações e definirem os critérios a partir dos quais uma decisão é tomada. Isto significa que aqueles que decidem devem dispor de todas as informações pertinentes. Mas também que eles mesmos podem definir os critérios a partir dos quais decidi (CASTORIADIS, 1983, p. 214).

Na Fino Toque, as decisões coletivas, por muitas vezes foram tomadas individualmente, regidas por interesses pessoais, causando inúmeras divergências. Conforme ilustra a afirmação de uma cooperada sobre os conflitos que eram ocasionados “por causa das peças com defeitos, divergências pessoais e por diferença de salários e cargos” (E. K.) 46.

Outro motivo foi que os cooperados não estavam cumprindo o horário de trabalho e por isso, comprou-se um cartão ponto. Os conflitos estabelecidos culminaram na elaboração de um Regimento Interno (2002) que determinava que “a falta ao dia de trabalho, mesmo quando comprovada via atestado médico acarretaria a perda do dia, mais descanso semanal” (p. 03). Assim como se definiu “a adoção do Relógio Ponto” para garantir a “produção e prestação de serviços” (04).

Entretanto, segundo o mesmo Regimento, a utilização do relógio ponto não “caracteriza cobrança de horas”, pois seria utilizado “única e exclusivamente para melhor distribuir as retiradas de cada cooperado” (2002, p. 04). A cultura do trabalho assalariado e subordinado prevaleceu e várias regras disciplinares no trabalho foram criadas, como: controle de presença, horários e faltas.

Além dos conflitos evidenciados no processo inicial do empreendimento, a Cooperativa vivenciou diversos limites para concretizar seus objetivos e para viabilizar-se economicamente.

Na contramão das pretensões iniciais dos cooperados, a Fino Toque iniciou suas atividades de produção e de confecção prestando serviços terceirizados para facções, devido à falta recursos financeiros para compra de matéria-prima e, pela inexistência de condições para desenvolvimento de uma linha própria de produtos. Esses produtos terceirizados foram basicamente: camisetas pólos, camisetas básicas e roupas infantis.

Posteriormente, com apoio da assessoria da ITCP, iniciou-se o processo de confecção de uma linha própria - produtos direcionados ao público feminino, como calça de suplex, corsários, tops, batas e roupas sob medida. A venda de produtos da linha própria passou a ser feita por meio de sacoleiras e do posto de venda, localizado junto ao espaço físico da Cooperativa. Alternativa encontrada foi a comercialização em feiras solidárias, por exemplo, a de Santa Maria e da Amizade. A viabilização de uma linha própria foi prejudicada pelo pouco conhecimento técnico dos cooperados em relação ao desenvolvimento dos produtos, processo de produção e de comercialização.

Algumas das dificuldades de produção podiam ser imputadas à rígida divisão sóciotécnica do trabalho, mas outras, ao domínio do processo produtivo e nas dificuldades de superação da relação hierarquizada vivenciadas entre os cooperados. O estatuto da Cooperativa previa a hierarquização e a diferenciação remunerativa entre quem administra e quem produz. De acordo com Estatuto Social, art.61, “a remuneração mensal do Conselho de Administração e dos demais Cooperados será definida em Assembléia Geral, podendo haver diferença entre a menor e a maior retirada, em até quatro vezes”. Este foi outro motivo de conflito e descontentamento dos cooperados que atuavam na produção.

A divisão sócio-técnica do trabalho na Cooperativa seguia os princípios da produção capitalista e foi sustentada nas relações sociais antagônicas. Esta separação, descrita em Motta (1981), caracteriza-se como um processo de “heterogestão” - um modo de gestão no qual existia a separação entre concepção e execução do trabalho, ou seja, existia hierarquia na organização do trabalho, à medida que um grupo se encarregava de conceber e o outro de realizar.

Em relação à autonomia e à auto-sustentação, a Fino Toque, desde a sua fundação conviveu com dificuldades de efetivá-los na prática, evidenciando limites sociais, econômicos, políticos e técnicos.

A perda dos direitos trabalhistas foi uma das desvantagens visualizada por uma cooperada:

Na grande empresa você tem o seu salário fixo, você não se preocupa com nada, você vai trabalhar, você faz a sua produção, você sabe que vai receber, você tem férias, você tem 13º salário, você tem plano de saúde, você tem ajuda no passe, as refeições são bem em conta, tem bastante vantagem. Só que na empresa você não se sente tão livre pra fazer o que você quer ou não quer(A. R.)<sup>50</sup>.

Segundo Singer (2003b), alguns trabalhadores têm saudades dos tempos do patrão, à medida que precisam preocupar-se com os resultados do trabalho. Paulo Freire (1987) ressalta o “medo da liberdade” e das respectivas responsabilidades que advêm desta condição. Desta maneira, alguns trabalhadores poderiam preferir a “opressão segura à liberdade arriscada” (FREIRE, 1987). Segundo uma cooperada da Fino Toque, ao ingressar numa cooperativa “as pessoas devem estar preparadas para serem autônomas, terem iniciativa, diferente de uma empresa em que tudo é determinado (A R)” <sup>51</sup>. Outra cooperada diz ser uma “responsabilidade muito maior de trabalhar na cooperativa, porque na empresa você sabe que no fim do mês você terá seu salário e na cooperativa você só recebe se produz” (E.P).

O processo de desencanto não é apenas motivado pelos limites pessoais de gerir a cooperativa ou pelo aumento das responsabilidades assumidas pelos trabalhadores. O desencanto tem bases na materialidade, como pode ser visto: perdas salariais; aumento da jornada de trabalho; dificuldades de relacionamento interpessoal e de experimentação da autogestão, obsolescência dos equipamentos, pressão familiar por retornos financeiros e “auto-exploração”.

Essas dificuldades fizeram com que vários cooperados solicitassem a exclusão do quadro social, desacreditados no trabalho coletivo e na proposta da autogestão, bem como pela necessidade de prover a subsistência. A Fino Toque, parou suas atividades em 2007, diante de todas as dificuldades vivenciadas



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir, de 1990, na região do Médio Vale do Itajaí, especialmente em Blumenau, vivenciou-se uma realidade distinta à das duas décadas anteriores, que foram como conhecidas de expansão do capital e de “pleno emprego”. As marcas deste período são: o desemprego, o empobrecimento e a desconstrução salarial. Essas problemáticas sociais apontam para a necessidade de pensar “novas” formas de trabalho, que evidenciaram-se no setor têxtil e vestuário no “processo de informalização do trabalho” (Oliveira, 2003), na constituição de facções domiciliares, na prestação de trabalho individual a/em domicílio, na emergência de cooperativas induzidas de costureiras, entre outros.

Neste contexto, antagônica e contraditória, surge a Fino Toque, semelhante à inúmeras cooperativas existentes no país, constitui-se em especial para Singer (2003) e Boaventura Santos (2002), uma modalidade da economia solidária que tem como base à negação da separação entre trabalho e propriedade dos meios de produção, contrariando os princípios capitalistas de acúmulo de lucro nas mãos de um reduzido número de proprietários do capital.

Entende-se, A Fino Toque, surgiu num contexto de complexificação do processo de trabalho e de produção, de precarização das relações de trabalho e das condições de vida, esta delimitada pela expansão industrial e as formas concretas que foi assumindo o trabalho ao longo do século XX e XXI. A experiência da Cooperativa é pleiteada numa região capitalista, que impõe inúmeros limites à viabilização econômica da cooperativa e de fortalecimento às vivências autogestionárias. Finalmente, as dificuldades vivenciadas pelos cooperados não são frutos da “desqualificação” dos sujeitos ou da ausência de assessoria técnica competente, mas sim da sociedade na qual eles estão inseridos. As experiências de transição por sua própria natureza representam o novo dentro do velho, que quer se mostrar, mas não pode se mostrar e encontra inúmeros obstáculos a enfrentar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In: CATTANI, Antonio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 20-26.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BLUMENAU. Prefeitura Municipal de Blumenau. **Dados Sócio-Econômicos da Cidade de Blumenau.** Disponível em: [www.blumenau.sc.gov.br](http://www.blumenau.sc.gov.br). Acesso em: 10 out. 2003.

\_\_\_\_\_. **Dados Sócio-Econômicos da Cidade de Blumenau.** Disponível em: [www.blumenau.sc.gov.br](http://www.blumenau.sc.gov.br). Acesso em: 09 dez. 2005.

108

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal da fazenda. Movimento Econômico. Disponível em: <http://www.blumenau.sc.gov.br/MovEcon/2005/Ativ.htm>. Acesso em: 17 fev. 2006.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no Século XX. 3. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

CAMPOS, Ginez L. R. BLOIS Henrique D. Reestruturação produtiva e terceirização cooperativista: geração de emprego e renda ou precarização das condições de trabalho? In: TEDESCO João C. CAMPOS, Ginez L.. (Orgs). **Economia solidária e reestruturação produtiva (sobre) vivências no mundo do trabalho atual.** UPF, Passo Fundo: 2001, p. 73-95.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou barbárie:** o conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CATTANI, Antônio David. **Trabalho e autonomia.** Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

DIEESE. **Reestruturação produtiva em Santa Catarina: um olhar sobre o setor têxtil.** Estudo Regional, nº 4, Florianópolis, junho de 2003.

DOWBOR, Ladislau. **O mosaico partido.** São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **O que Acontece com o Trabalho?** (Documento preliminar para discussão). São Paulo, Agosto 2001.

FINO TOQUE TÊXTIL COOPERATIVA. **Estatuto social.** Não Publicado, mimeo, 2002.  
\_\_\_\_\_. **Planejamento.** Não Publicado mimeo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Regimento interno.** Não Publicado, mimeo, 2002.

FONTES, Rosa Maria Oliveira; ARBEX, Marcelo A. (Org.) **Desemprego e Mercado de Trabalho:** Ensaios Teóricos e Empíricos. Viçosa: UFV, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GAIGER, Luiz I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Disponível em <[www.ecosol.com.br](http://www.ecosol.com.br)>. Acesso em: 30 de maio de 2002.

GOULARTI Fº, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina.** Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: editora Loyola, 1992.

HOLANDA, Maria N. A. B. de. O trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre trabalho e serviço social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, nº. 69, p. 5-29, 2002.

IANNI, Octávio. O Mundo do trabalho. In: Marcos Cezar de FREITAS, et al. **A Reinvenção do futuro.** Trabalho, educação, política na globalização do capitalismo. São Paulo: Editora Cortez, 1996, p. 15-54.

IBGE. **Censo Demográfico do Brasil.** Rio de Janeiro: 2001.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES. **Projeto ITCP/FURB.** Blumenau, 1999, mimeo.

\_\_\_\_\_. Acervo fotográfico histórico. Cooperada da Fino Toque Têxtil Cooperativa no Fórum Mundial, Blumenau, 2003.

\_\_\_\_\_. Acervo fotográfico histórico. Cooperados na produção na Fino Têxtil Cooperativa, Blumenau, 2004.

\_\_\_\_\_. **Projeto Rede de Economia Solidária do Médio Vale do Itajaí.** Blumenau, 1999, mimeo.

IPS/FURB. **Relatório de Análise do Mercado de Trabalho na Microrregião de Blumenau, 2002.** Disponível em: <[www.ips.furb.br](http://www.ips.furb.br)>. Acesso em: 10 out. 2003.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Análise do Mercado de Trabalho Sindicato Têxtil,** 2003.  
IPS/FURB. **Relatório de Análise do Mercado de Trabalho Sindicato Vestuário,** 2003.

JORNAL DE SANTA CATARINA. Primeira cooperativa têxtil entra em operação. Blumenau: Jornal de Santa Catarina, 16 de out. 2002.

111

\_\_\_\_\_. Têxteis definem pauta de reivindicações. Blumenau: Jornal de Santa Catarina, 05 de ago. 2002.

\_\_\_\_\_. Reestruturação de empresa reduz arrecadação de ICMS. Blumenau: Jornal de Santa Catarina, 30 de abr. 2002.

KON, Anita. **As trabalhadoras por conta própria no Brasil:** diferenças entre os gêneros. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2003/artigo3.pdf>. Acesso em: 16 de jul. 2006.

LIMA, Jacob Carlos. Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho. In: CASTRO, N. A.; DEDECCECA, C. S. (Orgs). **A ocupação na América Latina:** tempos mais duros. São Paulo; Rio de Janeiro: Associação Latino-americana de Sociologia

do Trabalho, 1998. p. 211-229.

LINS, Hoyêdo N. **Cooperativas de trabalhadores: opção frente à crise do emprego ou aspecto da crescente precariedade do trabalho?** Disponível em: <http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v11n1/hoyedo.pdf>. Acesso em: 04 de fev. 2002.

LOMBARDI, Laci. **Indústria têxtil de Blumenau: consolidação, crise e reestruturação.** Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial). Coordenadoria de Pós-graduação. Universidade Federal de Santa Catarina.

LUKACS, Györgr. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem.** Revista Temas de Ciências Humanas, nº 04. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** Trad. Maria Helena Barreiro Alves; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política.** Volume I. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED.** Lei 4923/65. Florianópolis, 2000.

\_\_\_\_\_. **Informações on-line SINE.** Blumenau, 2000.

MINISTÉRIO TRABALHO E EMPREGO. **Atlas de Economia Solidária.** SENAES, 2006.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História: das cavernas ao Terceiro Milênio.** São Paulo: Moderna, 1997.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão Dualista – O Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PEDRINI, Dalila M; REGENSBURGER, Fernanda. **O mapeamento da economia social do município de Blumenau.** Relatório Final de Pesquisa PIBIC. Blumenau: FURB, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** 5ª edição. Editora Record. Rio de Janeiro, 2001.

SILVER, Beverly J. **Forças do trabalho: movimentos trabalhistas e a globalização, desde de 1870.** São Paulo: Boitempo, 2005.

SIMÃO, Vilma M. **Desemprego e Sobrevivência: alternativas de trabalho.** Blumenau:

Edifurb, 2000.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. Florianópolis: UFSC, Cortez, 1995.

SINGER, Paul. A Economia Solidária no Governo Federal. In: **Mercado de Trabalho**. 24 ago. 2004. Disponível em: [www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt\\_24c.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24c.pdf). Acesso em: 15 jul.

2006.

114

\_\_\_\_\_ Cooperativas são empresas socialistas. **Unitrabalho Informa**. Ano 3, n.10, janeiro de 2000, p.11.

\_\_\_\_\_ **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: Análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1968.

\_\_\_\_\_ Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: Autores. **Economia dos setores populares: Entre a realidade e a Utopia**. Rio de Janeiro, Vozes, CESE:UCSAL, 2000.

\_\_\_\_\_ Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. **Proposta**. n.º 72, mar./maio, São Paulo:1997.

\_\_\_\_\_ Economia solidária: possibilidades e desafios. **Proposta: trabalho e desenvolvimento humano**. ano 30, n. 88-89, p.15-23, mar./ago., 2003b.

\_\_\_\_\_ Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003a.

\_\_\_\_\_ **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_ **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TAVARES, Maria Augusta. **A terceirização e a nova composição da informalidade**. Temporalis, ABEPSS, ano 2, n.º 4 (jul/dez.2001). Brasília: Graflin, 2001.

TEIXEIRA, Francisco J. S. ALVES, Giovanni, et al. (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1996.

TESCH, Walter. Cooperativismo de trabalho: alternativa ao desemprego. **Estudos e Pesquisas IPROS**, São Paulo, CAT/IPROS, n. 2, dez. 1995.

THEIS, Ivo M.; ZENI, Gerson A. Manus manum lavat? Dilemas do desenvolvimento do Médio Vale do Itajaí. In: THEIS, Ivo M. et al. **Novos olhares sobre Blumenau: Contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente**. Blumenau: Edifurb, 2000.

VAINER, Carlos. Controle político dos miseráveis ou utopia experimental? **Unitrabalho**

**Informa.** Ano 3, nº. 10, janeiro de 2000, p.10.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo – Uma revolução pacífica em ação.** DP&A e Fase, 2001. (Série Economia Solidária).